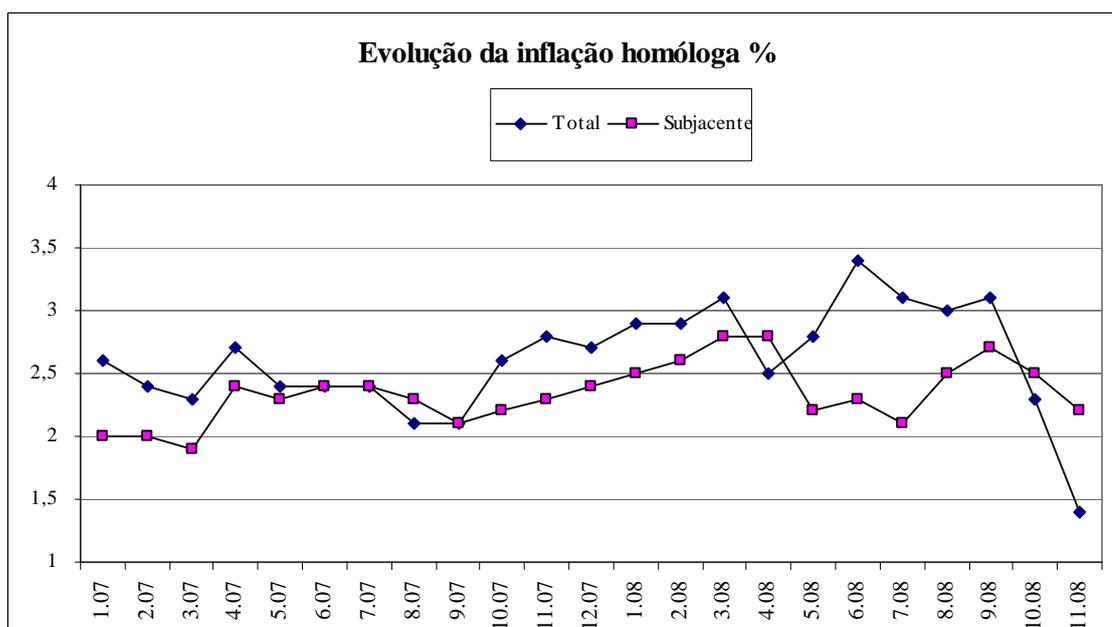


POSIÇÃO PATRONAL SOBRE OS AUMENTOS SALARIAIS ALIMENTA DIFICULDADES ECONÓMICAS DO PAÍS

A comunicação social deste fim-de-semana deu ampla divulgação à posição patronal segundo a qual os aumentos salariais não devem ultrapassar 1% em 2009. A argumentação patronal baseia-se na pretendida forte quebra da inflação e na degradação da conjuntura económica.

Em relação à quebra de inflação, o patronato pretende sustentar a posição de acordo com os dados do INE relativos ao passado mês de Novembro, segundo os quais a inflação homóloga estava em 1,4%. Tem sido dado relevo a esta medida de inflação em prejuízo da inflação média anual (2,7%) que é a referência utilizado para efeitos de determinação do poder de compra e de referencial para a negociação dos salários. Na verdade, a inflação homóloga assenta na variação de apenas dois índices de preços no consumidor – no caso presente, o índice de Novembro de 2008 face ao índice de Novembro de 2007. Já a inflação média anual mede a variação da inflação nos últimos 12 meses comparados com os 12 meses anteriores (24 meses no total). Constitui pois uma medida mais estável enquanto a inflação homóloga tem variações mais pronunciadas. É por isso que a inflação média é a mais adequada para efeitos da determinação dos salários.

Por outro lado nada indica que a inflação venha a ter uma quebra acentuada no decorrer de 2009. O recente menor crescimento anual dos preços no consumidor (2,7% nos últimos 12 meses) e a quebra verificada em Novembro (0,6%) não resultam duma tendência genérica para a baixa mas reflectem antes a forte e rápida redução dos preços de bens energéticos e dos bens alimentares não transformados. A evolução do Índice de Preços no Consumidor sem estes preços (inflação subjacente) mostra uma evolução muito mais regular: a inflação subjacente nos dois últimos anos está em regra sempre acima dos 2%. Segundo o INE “o comportamento da inflação está actualmente ligado a um conjunto muito específico de produtos (sobretudo os combustíveis), não sendo portanto evidente que se trate de um fenómeno generalizado de abrandamento dos preços” (INE, Síntese Económica de Conjuntura – Novembro de 2008).



Fonte: INE

Crescimento em volume do PIB; variação homóloga (%)

Fonte: INE; T = trimestre

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

O patronato poderá estar a fazer-se eco de receios de deflação (redução generalizada dos preços) que seriam profundamente prejudiciais para a actividade económica e que poderia conduzir a um aumento rápido do desemprego. Esse risco não existe presentemente, pelo que se acaba de referir, mas o patronato, na sua obsessão de limitar os aumentos dos salários, está no mínimo a contribuir para uma aprofundamento das dificuldades económicas criando expectativas ainda mais baixas das que existem actualmente.

Não são apenas estas posições irreflectidas que prejudicam a situação económica, mas também a própria compressão dos aumentos de salários. Se as empresas travarem os aumentos salariais devido à crise económica o resultado será o agravamento da crise. A produção ou é vendida no mercado interno ou é exportada. Ora o país não pode contar, em 2009, com a procura externa – os nossos principais mercados de exportação (a Espanha, a Alemanha e a França) estão em recessão – pelo que tem de contar com a procura interna.

Os últimos dados das Contas Nacionais, referentes ao terceiro trimestre de 2008, mostram que o crescimento depende sobretudo da procura interna e nesta com o consumo privado, já que o investimento está em declínio, estando previsto que o mesmo ocorra em 2009.

| | 3ºT 07 | 4ºT 07 | 1ºT 08 | 2ºT 08 | 3ºT 08 |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Procura Interna | 2.0 | 3.0 | 2.1 | 1.3 | 1.1 |
| Consumo privado | 1,4 | 1,8 | 2,1 | 1,0 | 2,3 |
| Investimento | 5,1 | 8,9 | 3,7 | 3,2 | -1,4 |
| Exportação | 6.3 | 5.4 | 3.9 | 1.8 | 0.7 |
| Importação | 6.1 | 7.5 | 6.3 | 3.0 | 1.8 |
| PIB | 1.8 | 1.9 | 0.9 | 0.7 | 0.6 |

O consumo privado é determinado pelo rendimento disponível, isto é pelo rendimento que fica depois do pagamento de impostos e de contribuições. Este rendimento é determinado não só pelos salários mas também por transferências internas (como as prestações da segurança social) e externas (como as remessas de emigrantes). Porém, as remunerações do trabalho constituem um factor essencial, já que representam mais de 70% do rendimento disponível.

Em suma, se a procura interna (consumo e investimento) for travada, a crise aprofundar-se-á, atendendo a que, por um lado, o investimento está em contracção e, por outro, os salários terem um papel fundamental na dinamização do consumo.

Para a CGTP-IN o aumento dos salários é indispensável devendo ter-se como referências principais o aumento do custo de vida, a produtividade, a fixação do salário mínimo nacional em 450 euros (5,6%), sendo necessário prosseguir a aproximação do salário mínimo ao salário médio, e a actualização salarial na Administração Pública, impondo-se que o Governo evolua Ana sua proposta (2,9%).

DIF/CGTP-IN
Lisboa, 22.11.2008